

## Bolsonaro quer acabar com reajuste do salário mínimo acima da inflação

Jair Bolsonaro (PSL) deve retirar dos trabalhadores e trabalhadoras pobres mais um direito conquistado durante o governo do ex-presidente Lula: o reajuste do salário mínimo acima da inflação.

A fórmula atual de cálculo do reajuste, implantada em 2004, depois da entrada em vigor da Política de Valorização do Salário Mínimo proposta pela CUT e aprovada pelo Congresso Nacional, leva em conta o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes mais a inflação do ano anterior, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Segundo o Dieese, se não houvesse essa política, o valor do salário mínimo seria de apenas R\$ 573,00 e não de R\$ 998,00, como é hoje.

Bolsonaro quer interromper esse aumento do poder de compras dos mais pobres enviando, até o dia 15 de abril ao Congresso Nacional, o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2020, sem a previsão de reajuste real. Pela proposta da equipe econômica, comandada pelo ministro da Economia, o banqueiro Paulo Guedes, o piso salarial deve ser corrigido apenas pelo INPC.

O governo alega que a revisão real do mínimo pressiona a inflação, contribui para o baixo nível de produtividade da economia e afeta as contas públicas porque são usados para revisar o valor mínimo de aposentadorias e outros benefícios assistenciais e trabalhistas.

A valorização do salário mínimo, beneficiou cerca de 70 milhões de aposentados e beneficiários do INSS que recebem o piso nacional, além de ter aumentado o rendimento médio dos trabalhadores com salários mais baixos.

O reajuste acima da inflação tem efeito positivo não apenas para os trabalhadores e aposentados, mas para a economia do país em

geral, acrescenta a secretária de Relações de Trabalho da CUT, Graça Costa, lembrando que mesmo num momento de crise financeira mundial, como em 2008, Lula manteve a Política de Valorização do Salário Mínimo.

“Lula entendeu que o impacto do aumento real não seria apenas para o trabalhador, mas para a sua família e, consequentemente, para todo um grupo que, com mais dinheiro na mão, poderia consumir e aquecer a economia”.

“Mas, infelizmente, o governo Bolsonaro quer que apenas os ricos continuem com seus privilégios em detrimento da maioria da população”, afirma.

### A cartilha de Bolsonaro é a da época da ditadura

Para a professora da USP, Leda Paulani, o governo Bolsonaro estuda na mesma cartilha do período da ditadura militar quando o ex-ministro da Fazenda, Delfim Neto, dizia que era preciso o bolo crescer para depois dividir.

“Os governos do PT demonstraram o contrário. Não são os cortes nos reajustes das aposentadorias, do BPC e dos salários que vão resolver a crise econômica. Pelo contrário, vai acontecer o retorno das desigualdades sociais nos níveis de antes. O ganho vai se dissipar e a situação tende a piorar porque o desemprego aumentou”.

“As consequências disso para a sociedade serão ruins, porque vai piorar a distribuição de renda”, analisa, lembrando que foi a redistribuição de renda no país, com a valorização de mais de 75% de ganho real do salário mínimo, nos governos do PT, que fez o Brasil ser objeto de estudo no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

A professora conclui que, associar a conjuntura econômica a uma política que vai estancar o cres-

cimento do salário mínimo e à reforma da Previdência, que aumenta o tempo de contribuição e reduz o valor dos benefícios, vai prejudicar ainda mais os mais pobres.

### Histórico da política de valorização do salário mínimo/ Fonte: Dieese

Em 2004, as CUT e demais centrais sindicais, em um movimento unitário, lançaram a campanha pela valorização do salário mínimo. Nesta campanha, foram realizadas três marchas conjuntas em Brasília com o objetivo de pressionar e, ao mesmo tempo, fortalecer a opinião dos poderes Executivo e Legislativo sobre a importância social e econômica da proposta de valorização do salário mínimo.

Também como resultado dessas negociações, foi acordado, em 2007, uma política permanente de valorização do salário mínimo.

Desde 2003 até 2017, segundo o Dieese, o ganho real, ou seja, acima da inflação foi de 77,01%.

A partir de 1º de janeiro de 2017, o salário mínimo era de R\$ 937,00. Este valor representou 6,48% sobre os R\$ 880,00 em vigor durante 2016 e não correspondeu à variação anual do INPC, em 2016, que foi de 6,58%.

Caso o índice tivesse sido aplicado integralmente, o valor teria ficado em R\$ 938,00. Uma vez que o PIB em 2015 não registrou crescimento, seguindo a regra em vigor, não foi aplicado este ganho adicional.

Já em 2018, o reajuste do salário mínimo foi o menor em 24 anos. Subiu apenas 1,81%, ficando em R\$ 954,00.

Neste ano, a alta foi de 4,61%, de acordo com a inflação do ano anterior mais a variação do PIB dos dois anos anteriores, e chegou a R\$ 998,00.



## NÓS SINDICALIZADOS, SOMOS A LINHA DE FRENTE NA DEFESA DO NOSSO SINDICATO !



A direção do SINDSEP/MA informa aos seus filiados que em função da **Medida Provisória 873**, o Ministério da Economia **não fez o desconto consignado da contribuição mensal para o sindicato**. Essa é mais uma atitude do governo para enfraquecer os sindicatos e tentar impedir a mobilização dos trabalhadores contra a Reforma da Previdência.

Para continuar a trabalhar na defesa dos direitos e organização dos servidores, a direção solicita que seus filiados entrem em contato por telefone ou compareçam diretamente ao sindicato em São Luís ou nas Secretarias Regionais para obterem mais informações e/ou efetuem o pagamento da mensalidade sindical.

Não podemos esquecer as conquistas que obtivemos através das lutas do Sindsep/MA e, agora precisamos preservar essas vitórias através do fortalecimento de nossa entidade.

Nenhum direito a menos!

A Diretoria

Nesse primeiro momento os filiados poderão efetuar o pagamento através de transferência ou depósito bancário para as contas do SINDSEP/MA:

**Banco do Brasil** - Agência 020-5, Conta Corrente 148581-4 ou

**Caixa Econômica** - Agência 0027, Operação 003, Conta Corrente 3162-5.